

Sumicity
Telecomunicações
S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2021 e 2020 e
relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	15

Relatório da Administração

Sabemos que no Brasil, um país com dimensões continentais, temos enormes desafios estruturais relacionados à inclusão digital e social. Em virtude disto, nós da Sumicity Telecomunicações S/A (“Sumicity”) e Alloha (“Grupo”), acreditamos que podemos e, conseguiremos, contribuir para diminuir as distâncias e diferenças regionais de acesso à internet, oferecendo infraestrutura de fibra óptica de ponta. Nesse contexto, a Sumicity tem executado com excelência o seu plano estratégico de expansão, aliado à sua missão empresarial, promovendo conexão à internet de qualidade para regiões brasileiras até então desassistidas, aproximando assim pessoas, ideias e negócios.

Na esfera operacional, um dos grandes destaques do resultado de 2021 apresentado pela Sumicity, foi seu crescimento orgânico sustentável em suas macrorregiões de atuação, consolidando cada vez mais sua presença no estado do Rio de Janeiro, somado a entrada na região da Grande Vitória-ES e Distrito Federal-DF. Além disso, a Sumicity conseguiu expandir consideravelmente seu perímetro de atuação, através da realização de cinco aquisições em regiões estratégicas e complementares: VIP Telecom, na Grande São Paulo; Click, na região do Triângulo Mineiro; Univox, posicionado no sul de Minas Gerais e norte de São Paulo; Ligue, localizada no oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul e; por fim, a Niufibra, última empresa adquirida no litoral de São Paulo.

Portanto, ao somar os crescimentos tanto orgânico quanto inorgânico deste ano, a Sumicity saltou de 280 mil para 808 mil assinantes, correspondente a um crescimento de 289% ao ano. Além disso, a companhia encerrou 2021 com mais de 4 milhões de casas passadas (“*Homes Passed*”) suportado por um *backbone* de 32 mil KM.

Tão importante quanto o crescimento apresentado, também tivemos diversas iniciativas para melhorar nossos processos e a governança da Cia, que foram difundidas entre as empresas do Grupo e trouxe sinergias relevantes para cada uma delas, como por exemplo: práticas contábeis unificadas, compras de equipamentos em conjunto, padronização da estrutura de rede, contratação de serviços de valor adicionado em conjunto, entre outros.

Também temos muito orgulho do nosso time: trabalhamos com pessoas e para pessoas. Nosso compromisso com transparência, ética, equidade é essencial para a construção de relacionamentos de longo prazo, respeitando a todos os envolvidos, sejam pessoas do nosso time, nossos clientes e parceiros de negócios. Esse respeito é extensível ao meio-ambiente, na forma como usamos recursos naturais e lidamos com resíduos.

Por fim, agradecemos aos investidores pela confiança depositada, aos clientes por nos deixarem entrar em seus lares, aos fornecedores, prestadores de serviço e instituições financeiras pela parceria e aos colaboradores pela dedicação extrema para que este início de jornada representado pelo ano de 2021 tenha sido tão exitoso e com resultados sólidos.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Sumicity Telecomunicações S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sumicity Telecomunicações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sumicity Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da receita

Veja as Notas 2(e), 3 (m) e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento da receita da Companhia e de suas controladas envolve a mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do exercício, determinada com base nos relatórios de medição. A estimativa dessa receita não faturada leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como os valores dos serviços faturados aos consumidores em decorrência dos diferentes planos de serviços oferecidos, os dados do histórico do consumo para cada tipo de serviço prestado e o ciclo de faturamento estabelecido pela Companhia e suas controladas com os clientes.</p> <p>A estimativa da receita não faturada é preparada para cada transação ou grupo similar de transações e eventual distorção nos referidos cálculos, ao final do exercício, pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa da mensuração da receita não faturada para o elevado número de transações de serviços prestados e à relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à mensuração da receita incorrida mas ainda não faturada;(b) Teste, em base amostral, da precisão dos dados relevantes utilizados no cálculo da receita incorrida mas ainda não faturada;(c) Análise, em base amostral, dos dados relevantes usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados dos valores dos serviços faturados, do consumo para cada tipo de serviço prestado e do ciclo de faturamento, comparando-os com as informações reais obtidas por meio do faturamento subsequente, com objetivo de verificar se são apropriados, confiáveis e se foram devidamente interpretados pela Companhia.(d) Confronto, em base amostral, dos valores estimados e reconhecidos de receita não faturada com as bases de faturamento do período subsequente ao fim do exercício e com notas fiscais emitidas;(e) Confronto, em base amostral, dos relatórios de faturamento com as respectivas notas fiscais emitidas, comprovantes de recebimento e termo de aceite da prestação de serviço aprovado pelo cliente. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita incorrida e não faturada, ao final do exercício, é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Mensuração dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinação de negócios

Veja a Nota 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve controle das entidades Ligue Telecomunicações Ltda., VIP BR Telecom S.A., Click Tecnologia e Telecomunicação Ltda., BS Costa S.A., WOC Telecomunicações Ltda., Aloha Negócios e Participações Ltda., FMAX Telecomunicações Ltda e XP Holding e Participações Societárias Ltda.</p> <p>As combinações de negócios foram contabilizadas de acordo com o método de aquisição, que inclui o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).</p> <p>As estimativas associadas com a contabilização da aquisição das controladas envolvem julgamentos relevantes na determinação de premissas como a taxa de desconto estimada, a taxa de crescimento da receita e estimativa de não renovação da base de clientes, que são base para mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e, conseqüentemente, do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).</p> <p>Considerando a complexidade da mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e, conseqüentemente, do ágio em uma combinação de negócios, bem como das premissas utilizadas nas referidas mensurações, e a magnitude que o impacto de eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Avaliação e análise de sensibilidade, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação dos valores justos alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos pela Companhia; (b) Comparação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções utilizadas no cálculo realizado por consultores externos contratados pela Companhia com dados projetados e históricos, por exemplo, em relação ao crescimento econômico projetado e às estimativas de não renovação de clientes, de forma a analisarmos a razoabilidade das premissas utilizadas; (c) Recálculo, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções preparadas por consultores externos que suportam a determinação dos valores justos com base nas premissas definidas; e (d) Testamos o cálculo elaborado pela Companhia e seus consultores para determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura, comparando os inputs relevantes com as informações testadas nos procedimentos descritos acima. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos nas referidas combinações de negócios, os quais foram registrados e divulgados pela administração da Companhia.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente das combinações de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

Sumicity Telecomunicações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	4	197.457	117.304	388.231
Contas a receber de clientes	5	52.701	34.456	94.095
Impostos a recuperar	7	10.808	10.342	20.823
Imposto de Renda e CSLL antecipados		2.460	2.414	2.611
Pagamentos antecipados		3.142	2.924	7.678
Outras contas a receber		20.892	3.511	24.065
		287.460	170.951	537.503
Não circulante				
Pagamentos antecipados		240	604	2.485
Outras contas a receber		61	-	1.536
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	38.600	-	-
Imposto de Renda e CSLL diferidos	26	13.792	10.632	14.109
Impostos a recuperar	7	12.997	9.836	26.074
Investimentos em Controladas	8	585.726	-	-
Imobilizado	10	557.848	242.842	959.724
Intangível	11	106.866	30.099	516.943
		1.316.130	294.013	1.520.871
Total do ativo		1.603.590	464.964	2.058.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumicity Telecomunicações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	12	60.508	40.474	188.556
Salários e encargos sociais a pagar		27.773	9.944	36.930
Imposto de renda e contribuição social	13	2.141	5.912	11.382
Impostos a recolher	14	26.363	9.010	38.418
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	174.201	27.086	226.349
Parcelamentos fiscais	17	848	1.395	5.801
Adiantamento de clientes		31	-	751
Contas a pagar por aquisição de Investimentos	6	136.485	-	22.985
Provisões		6.129	4.711	11.943
Outras contas a pagar		820	872	12.779
Arrendamentos	18	22.930	39.491	22.949
		458.229	138.895	578.843
Não circulante				
Fornecedores		-	-	654
Contingências	16	1.134	3.048	1.607
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	324.375	124.156	533.515
Parcelamentos fiscais	17	2.180	2.369	21.704
Arrendamentos	18	25.480	24.120	31.723
Obrigações por compra de participação societária		35.760	-	41.312
		388.929	153.693	630.515
Patrimônio líquido				
Capital Social	20	196.997	196.997	196.997
Adiantamento para futuro aumento de capital		625.908	-	625.908
Prejuízos acumulados		(66.473)	(24.621)	(66.473)
		756.432	172.376	756.432
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia				
		756.432	172.376	756.432
Participação dos não controladores				
		-	-	92.588
Total do patrimônio líquido				
		756.432	172.376	849.020
Total do passivo e patrimônio líquido				
		1.603.590	464.964	2.058.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumicity Telecomunicações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de serviços	21	315.909	213.497	527.259	229.863
Custo dos serviços prestados	22	(129.512)	(95.817)	(186.608)	(96.707)
Lucro Bruto		186.397	117.680	340.651	133.156
Receitas/(despesas) operacionais, líquidas					
Vendas		(47.077)	(16.666)	(71.690)	(16.695)
Despesa de pessoal		(74.183)	(38.361)	(120.621)	(41.747)
Gerais e administrativas	23	(55.795)	(41.493)	(121.760)	(45.211)
Perda de Crédito Esperada	25	(7.407)	(15.023)	(12.289)	(15.437)
Outras receitas (despesas) líquidas		(5.425)	457	(14.683)	665
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado da equivalência patrimonial e resultado financeiro		(3.490)	6.594	(392)	14.731
Resultado de equivalência patrimonial		(8.757)	4.188	-	-
Resultado financeiro					
Receita financeira	26	5.296	2.258	9.336	2.274
Despesa Financeira	26	(37.323)	(12.207)	(51.690)	(12.460)
Lucro (Prejuízo) lucro antes dos impostos		(44.274)	833	(42.746)	4.545
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	(2.414)	(756)	(12.773)	(4.468)
Impostode renda e contribuição social sobre a renda diferidos	27	4.836	1.874	4.836	1.874
Prejuízo do exercício		(41.852)	1.951	(50.683)	1.951
Participação de controladores		-	-	(41.852)	1.951
Participação de não controladores		-	-	(8.831)	-
Lucro básico por ação	28	(0,50)	0,04	(0,50)	0,04
Quantidade de Ações	20	47.281	47.281	47.281	47.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumicity Telecomunicações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro ou Prejuízo do exercício	<u>(41.852)</u>	<u>1.951</u>	<u>(50.683)</u>	<u>1.951</u>
Total do resultado abrangente do exercício	(41.852)	1.951	(50.683)	1.951
Resultado abrangente atribuível aos Acionistas Controladores	<u>(41.852)</u>	<u>1.951</u>	<u>(50.683)</u>	<u>1.951</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumicity Telecomunicações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2020		47.281	149.716	-	(26.572)	170.425	-	170.425
Aumento de capital		149.716	(149.716)	-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	1.951	1.951	-	1.951
Saldos em 31 de dezembro de 2020		196.997	-	-	(24.621)	172.376	-	172.376
Adiantamento para futuro aumento de capital	20	-	-	625.908	-	625.908	-	625.908
Participação minoritária decorrente de combinação de negócios		-	-	-	-	-	101.706	101.706
Ajuste no Patrimônio Líquido de Investidas		-	-	-	-	-	(287)	(287)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(41.852)	(41.852)	(8.831)	(50.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		196.997	-	625.908	(66.473)	756.432	92.588	849.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sumicity Telecomunicações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2021	2020	2021
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício	(41.852)	1.951	(50.683)
(-) Equivalência patrimonial	8.757	(4.188)	-
(+) Depreciações e amortizações	78.309	56.382	100.088
(+) Custo do Imobilizado Baixado	6.517	-	12.412
(+) Provisão para perda de imobilizado	1.747	9.465	1.747
(-) Provisão para Contingência	(1.914)	-	(1.441)
(+) Provisão para perda de créditos esperada	7.407	15.042	12.286
(+) Encargos sobre arrendamentos	5.803	515	6.173
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente	1.937	(1.118)	12.773
(+) Imposto de renda e contribuição social - diferido	(4.836)	(1.874)	(4.836)
(+) Participação dos não controladores	-	-	8.831
	61.875	76.175	97.350
(=) Resultado Ajustado	61.875	76.175	97.350
Decréscimos (Acréscimos) em Ativos			
Contas a Receber de Clientes	(25.652)	(24.339)	(71.928)
Tributos a Recuperar	(3.627)	(5.595)	(25.241)
Tributos Diferidos	1.676	-	1.359
Pagamentos antecipados	146	(1.620)	(6.635)
Demais Contas do Ativo	(14.894)	(1.423)	(22.883)
(Decréscimos) Acréscimos em Passivos			
Fornecedores	20.034	(7.834)	148.736
Obrigações trabalhistas e sociais	17.829	5.385	26.986
Obrigações tributárias	17.353	9.052	35.857
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.708)	(756)	(13.747)
Obrigações por aquisição de investimentos	(124.378)	-	36.264
Demais Contas do Passivo	33.400	(2.495)	58.284
	(21.946)	46.550	264.402
Caixa Líquido da Atividade Operacional	(21.946)	46.550	264.402
Atividades de Investimentos			
Aquisição de investimentos	(470.877)	-	-
Aquisição em Imobilizado	(318.239)	(70.835)	(820.731)
Aquisição em Intangível	(22.902)	(7.146)	(392.162)
	(812.018)	(77.981)	(1.212.893)
Caixa líquido da Atividade de Investimento	(812.018)	(77.981)	(1.212.893)
Atividades de Financiamentos			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	625.908	-	625.908
Adiantamento para futuro aumento de capital em sociedades controladas	(38.600)	-	-
Empréstimo e financiamento - captações	413.511	133.000	723.456
Empréstimo e financiamento - juros	(17.810)	(3.717)	(19.298)
Empréstimo e financiamento – amortizações de principal	(43.621)	(15.570)	(90.790)
Custo da transação	(4.746)	-	(4.746)
Pagamento de arrendamentos	(20.527)	(31.556)	(15.112)
	914.115	82.157	1.219.418
Caixa líquido da Atividade de Financiamento	914.115	82.157	1.219.418
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	80.153	50.726	270.927
No início do exercício	117.304	66.578	117.304
No final do exercício	197.457	117.304	388.231
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	80.153	50.726	270.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sumicity Telecomunicações S.A. (“Companhia”, “Sumicity” ou “Grupo”, quando referida em conjunto com suas controladas), anteriormente denominada VM Openlink Comunicação e Multimídia S.A, fundada em novembro de 2005, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida na forma de seu estatuto social, por seu acordo de acionistas e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis. A Companhia, com prazo de duração indeterminado, tem sua sede na cidade do Carmo, estado de Rio de Janeiro, na Praça Presidente Getúlio Vargas, 148, 3º e 4º andares, atuando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, como provedora de acesso a redes de comunicação, serviços de comunicação multimídia (“SCM”), provedor de voz sobre protocolo IP (“VOIP”), operadora de televisão por assinatura (“SeAC”), aluguel de máquinas, equipamentos comerciais, industriais e de telecomunicações e instalação e manutenção de cabos redes e equipamentos de telecomunicações.

Em junho de 2020, a Companhia alterou a razão social de VM Openlink Comunicação e Multimídia S. A. (“VM Openlink”) para Sumicity Telecomunicações S.A.

1.1 Capital circulante negativo

A Companhia auferiu prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 41.852 (lucro de R\$ 1.951 em 2020) e o seu passivo circulante excede o total do ativo circulante em R\$ 170.769 (o ativo circulante excedia o passivo circulante em R\$ 32.056 em 2020), e em R\$ 176.405 no consolidado. O capital circulante líquido negativo em 2021 decorre principalmente da estratégia de crescimento acelerado através da aquisição de outras empresas (vide nota explicativa N° 10 – Combinação de Negócios), com a utilização de recursos próprios e alavancagem financeira de curto e longo prazo.

A Administração entende que apesar de tal fluxo de recursos estar previsto em seu plano de negócios, vem trabalhando para a captação de novos recursos financeiros com instituições financeiras terceiras, com perfil mais alongado, para cumprir com as obrigações de curto prazo e continuar acelerando o crescimento orgânico da Companhia. Esta captação está prevista para o primeiro semestre de 2022.

Adicionalmente a companhia conta com o compromisso de seus acionistas controladores de novo aporte de recursos próprios, para pagamento de compromissos assumidos na aquisição de outras companhias (vide a nota explicativa N° 7 – Partes Relacionadas).

a. Entidades controladas

A Companhia, como parte do plano de investimentos e de expansão dos seus controladores, acelerou o processo de simplificação da sua estrutura societária e de aquisições de novas companhias, sendo que:

- (a) Em 30 de junho de 2020, incorporou as controladas Viatec e Velomax;

- (b) Em 31 de dezembro de 2020, incorporou a controlada Ostara;
- (c) Em 07 de abril de 2021, adquiriu o controle societário da VIP BR Telecom S/A e das suas controladas indiretas IPV6 Tecnologia e Serviços Ltda, PYZ Oliveira Ltda e Global Fiber Technology Ltda;
- (d) Em 21 de abril de 2021, adquiriu o controle societário da Click Tecnologia e Telecomunicações S/A e da sua controlada indireta Onda Internet Ltda;
- (e) Na mesma data, em 21 de abril de 2021, adquiriu o controle societário da BS Costa S/A (“Univox”) e das suas controladas indiretas Minas Gerais Telecomunicações EIRELI e ABSG Serviços Ltda;
- (f) Em 08 de julho de 2021, adquiriu o controle societário da Ligue Móvel S/A e das suas controladas indiretas, Ligue TV por Assinatura Ltda e LIP Serviços de Equipamentos de Informática EIRELI; e
- (g) Em 04 de novembro de 2021, adquiriu o controle societário da XP Holding e Participações Societárias S/A (“NIU Fibra”) e das suas controladas indiretas XP Serviços de Comunicação Ltda e XP Serviços de Tecnologia Ltda.

Ainda durante o exercício de 2021, após a conclusão do processo de aquisição das entidades supracitadas, a Companhia deu início a processo de simplificação da estrutura societária, sendo que:

- Em 21 de dezembro de 2021 a Ligue Móvel S/A incorporou a LIP Serviços de Equipamentos de Informática EIRELI;
- Em 31 de dezembro de 2021 a Click Tecnologia e Telecomunicações S/A incorporou a Onda Internet Ltda;
- Na mesma data, em 31/12/2021, a VIP BR Telecom S/A incorporou as controladas PYZ Oliveira Ltda e Global Fiber Technology Ltda.

O processo de simplificação societária continua em curso e outras incorporações estão previstas para acontecer ao longo do próximo exercício social. Assim sendo, a atual composição de controladas diretas e indiretas da Companhia está apresentada conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Participação direta		
Ligue Móvel S.A.	55,59%	0,00%
VIP BR Telecom S.A.	75,00%	0,00%
Click Tecnologia e Telecomunicações S.A.	79,98%	0,00%
B.S. Costa S.A. (UNIVOX)	84,72%	0,00%
XP Holding e Participações Societárias S.A. (NIU)	69,56%	0,00%
Participação indireta		
Ligue TV por Assinatura Ltda.	55,59%	0,00%
IPV6 Tecnologia e Serviços Ltda.	75,00%	0,00%
FMAX Telecomunicações Ltda.	79,98%	0,00%
Minas Gerais Telecomunicações EIRELI	84,72%	0,00%
ABSG Serviços Ltda.	84,72%	0,00%
XP Serviços de Comunicação Ltda.	69,56%	0,00%
XP Serviços de Tecnologia Ltda.	69,56%	0,00%

b. *Pandemia de Covid-19*

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

Os serviços prestados pelo Grupo, que incluem o fornecimento de internet, TV por assinatura, e telefonia não sofreram impactos negativos com o referido cenário. A Companhia intensificou investimentos em suas redes para entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta e, neste ambiente, não é vislumbrado nenhuma interrupção nas operações da Companhia e nenhum indicativo de “*impairment*” nos seus investimentos.

A Administração não renegociou contratos de venda ou arrendamentos. Não ocorreram alterações no perfil do contas a receber. O Grupo não recorreu a subvenções e incentivos governamentais.

Os principais assuntos avaliados pela Administração no tocante a avaliação de riscos no cenário da pandemia foram:

(i) Segurança e saúde

- (a) Aplicação do regime de home office nas atividades de administrativas e de apoio;
- (b) Suspensão de reuniões e treinamentos presenciais, substituindo-os por teleconferências;
- (c) Disponibilização de máscara e álcool em gel para os colaboradores;
- (d) Campanhas internas de conscientização e de prevenção;
- (e) Suspensão de viagens nacionais e internacionais, com exceção de casos de extrema necessidade;

(ii) Operações

- (a) Reavaliação dos gastos gerenciáveis;
- (b) Incremento dos investimentos para o ano corrente com expansão das áreas de cobertura em função da demanda crescente no novo cenário;
- (c) Reforço dos treinamentos de prevenção para as equipes de campo;
- (d) Realocação dos contingentes de pessoas do “*Call Center*”, nos espaços administrativos, para garantia do distanciamento mínimo e da redução de ocupação dos ambientes fechados;
- (e) Revisão das políticas de estoques, aumentando os níveis de segurança para os equipamentos com risco de desabastecimento, em especial as ONU (“*Optical Network Unit*”);

- (f) Revisão das políticas de crédito para novas vendas, para manutenção de níveis adequados de inadimplência e desconexões de clientes (*Churn*).
- (iii) *Financeira*
- (a) Revisão das políticas de endividamento visando a manutenção do ritmo de expansão da companhia;
 - (b) Alongamento das dívidas de curto prazo;
 - (c) Substituição das dívidas com fornecedores, em especial as compras por arrendamento mercantil, por dívidas bancárias de maior prazo e menor custo financeiro;
- (iv) *Contábil*
- (a) Confirmação das estimativas e provisões para adequação ao novo cenário;
 - (b) Acompanhamento dos indicadores de desconexão de clientes (*Churn*) e de Inadimplência;
 - (c) Acompanhamento dos custos e despesas operacionais para manutenção de níveis adequados de margem operacional e de geração de caixa.

Para cada uma dessas quatro esferas, a Companhia adotou uma série de medidas e ações preventivas, que permitiram minimizar o impacto da Covid-19 no Grupo e seus Stakeholders.

2 Base de preparação e apresentação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho da Administração em 31 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

As estimativas associadas com a contabilização da aquisição das controladas envolvem julgamentos relevantes na determinação de premissas como a taxa de desconto estimada, a taxa de crescimento da receita e estimativa de não renovação da base de clientes.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

e. Uso de estimativas e julgamentos críticos significativos

Na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e os julgamentos críticos com efeitos significativos nas demonstrações financeiras estão discriminados a seguir:

- **Nota explicativa nº 16 (Provisão para contingências)** - A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, sendo a provisão constituída para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência existente, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos. Um processo é enquadrado com prognóstico de perda “provável” quando existe uma obrigação presente, fruto de um evento passado que pode desencadear desembolso de caixa futuro.
- **Nota explicativa nº 5.c (Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos)** - A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída uma perda por redução ao valor recuperável (perda por impairment) ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, bem como seus riscos específicos.

O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme e, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes menos as despesas de venda.

- **Nota explicativa nº 26 (Imposto de renda e contribuição social diferidos)** - Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a compensação dessas diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.
- **Nota explicativa nº 19 (Instrumentos financeiros)** - O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras é determinado com base na hierarquia estabelecida pelo IFRS 13/CPC 46– Mensuração do Valor Justo, a saber:
 - **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

- **Nível 2** – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3** – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

- **Nota explicativa nº 21 (Receita operacional líquido)** - O reconhecimento da receita da Companhia envolve a mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do exercício, determinada com base nos relatórios de medição. A estimativa dessa receita não faturada leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como os valores dos serviços faturados aos consumidores em decorrência dos diferentes planos de serviços oferecidos, os dados do histórico do consumo para cada tipo de serviço prestado e o ciclo de faturamento estabelecido pela Companhia com os clientes. A estimativa da receita não faturada é preparada para cada transação ou grupo similar de transações.
- **Nota explicativa nº 9 (Combinação de negócios)** - As estimativas associadas com a contabilização da aquisição das controladas envolvem julgamentos relevantes na determinação de premissas como a taxa de desconto estimada, a taxa de crescimento da receita e estimativa de não renovação da base de clientes
- **Nota explicativa nº 10 (Vida útil do imobilizado e do intangível)** - A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente, ao final de cada período de reporte ou quando eventos ocorrerem que se façam necessários.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Bases de consolidação

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas do grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As entidades controladas diretas e indiretas do Grupo estão elencadas na nota explicativa 1, item a.

b. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações financeiras são aquelas não realizadas na moeda funcional (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio daquela data. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

d. Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de Internet banda larga, TV por assinatura e Telefonia estão avaliadas pelo valor das tarifas na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios.

As perdas esperadas em contas a receber de clientes são estabelecidas para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas considerando inicialmente a análise das perdas históricas, complementando sua avaliação com informações presentes e previsões futuras com relação aos seus clientes.

Clientes a faturar referem-se a serviços já prestados aos consumidores, cujos períodos de competência divergem do mês calendário. Isso ocorre em função das diferentes datas de instalação, vencimento e dos diferentes ciclos de faturamento, adotados pelas companhias.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de mão de obra capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em propriedades de terceiro	05 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de comunicação	10 anos
Redes	10 anos
Veículos	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vida útil definida ou indefinida são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear, quando aplicável, baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As Carteiras de Clientes são amortizadas em até 5 anos de acordo com o *churn rate* (número de clientes que cancelam num determinado período) observado em cada período.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa as demonstrações financeiras.

Os ativos que têm vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (“*impairment*”), independentemente da existência de indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

De acordo com o IAS 36 / CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

g. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são considerados de baixo risco de crédito e a provisão para perdas reconhecida durante o período ficou, portanto, limitada às perdas de crédito esperadas em 12 meses. A administração considera "baixo risco de crédito" para títulos negociados no mercado como sendo uma classificação de crédito de investimento com, no mínimo, uma importante agência de classificação. Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. A provisão para perdas com investimentos em títulos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é reconhecida no resultado e reduz a perda do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem ativos de debêntures, títulos que não pagam juros e títulos privados listados (anteriormente mantidos até o vencimento), empréstimos a partes relacionadas e pessoal-chave da administração, e demais contas a receber. A provisão para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado é reconhecida no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nesta data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*)

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa a sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

i. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de imposto de renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

j. Provisões

As provisões para contingências têm como valor reconhecido a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente, fruto de um evento passado que pode desencadear desembolso de caixa futuro.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia eventualmente questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

k. Ativos contingentes

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

l. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado conforme a Lei das Sociedades.

m. Reconhecimento das receitas

A Companhia oferece pacotes comerciais que combinam serviços de Internet banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura. As respectivas receitas são reconhecidas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente o que ocorre após a instalação e habilitação dos equipamentos necessários à conversão dos sinais óticos em tráfego de internet. As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfeita a obrigação de desempenho. As receitas estão devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas.

n. Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo à sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e sobre recebimentos de clientes em atraso. As despesas financeiras compreendem as despesas de juros com empréstimos e financiamentos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2021	2020	2021
Caixa - Fundo fixo	-	3	-
Bancos	8.852	1.155	11.379
Aplicações financeiras (i)	188.605	116.146	376.852
Total	197.457	117.304	388.231

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 100% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (entre 100% e 103% em 31 de dezembro de 2020).

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 19.

5 Contas a receber de clientes

a. Composição do contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Contas a receber de clientes	63.650	40.313	129.496
Outros recebíveis	-	1.368	-
Clientes a faturar (a)	12.129	8.446	16.525
(-) Perda de créditos esperada	(23.078)	(15.671)	(51.926)
Total	52.701	34.456	94.095

- (a) Clientes a faturar referem-se a serviços já prestados aos consumidores, cujos períodos de competência divergem do mês calendário. Isso ocorre em função das diferentes datas de instalação, vencimento e dos diferentes ciclos de faturamento, adotados pelas companhias.

b. Aging list do contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2021	2020	2021
A vencer	32.491	20.729	57.371
Vencidas entre 1 e 90 dias	8.912	4.750	17.392
Vencidas há mais de 90 dias	22.247	14.834	51.733
Total	63.650	40.313	126.496

c. Movimentação para perdas de crédito esperadas (PCE)

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(9.112)	(9.112)
Adições	(15.042)	(15.042)
Incorporação de controladas	(1.466)	(1.466)
Baixas	9.949	9.949
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(15.671)	(15.671)
Adições	(9.668)	(19.736)
Combinação de negócios	-	(23.966)
Baixas	2.261	7.447
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(23.078)	(51.926)

6 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas referem-se integralmente a operações realizadas entre a controladora e suas controladas. Essas operações ocorrem mediante a necessidade de caixa das empresas para fazer face a gastos e obrigações. As transações estão discriminadas conforme segue:

6.1 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora		Consolidado
A Receber	2021	2020	2021
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	38.600	-	-
Total	38.600	-	-

(i) Adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Companhia na controlada VIP Telecom BR S/A, durante o exercício e que serão capitalizados ao longo de 2022.

6.2 Contas a pagar por aquisição de Investimentos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Alloha	7.087	-	7.087
WOC	5.113	-	5.113
VIP	10.785	-	10.785
Ligue	45.000	-	-
XP Holding	68.500	-	-
Total	136.485	-	22.985

Na controladora, as obrigações assumidas por aquisição de investimentos representam os saldos a serem repassados as respectivas sociedades investidas, entretanto não adiantados, adicionados de contas a pagar aos ex-controladores das investidas. No consolidado apenas referente a obrigações assumidas por aquisição de investimentos a serem repassados a investidas.

7 Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
ICMS CIAP a recuperar	9.701	6.000	18.936
IRRF a recuperar	267	736	410
Saldo Negativo IRPJ 2019 a recuperar	579	2.710	776
PIS a recuperar	-	-	28
COFINS a recuperar	-	-	101
Outros impostos	261	-	398
ICMS a recuperar	-	-	127
Contribuição social antecipado	-	896	47
Total dos impostos a recuperar - circulante	10.808	10.342	20.823
ICMS CIAP a recuperar - não circulante	12.997	9.836	26.074

8 Investimentos

Composição

	<u>Controladora</u>	
	2021	2020
Ligue Móvel S.A.	101.645	-
VIP BR Telecom S.A.	110.798	-
Click Tecnologia e Telecomunicações S.A.	111.312	-
B.S. Costa S.A. (Univox)	84.571	-
XP Holding e Participações Societárias S.A.	135.829	-
WOC Telecom Ltda	34.989	-
Aloha Negócios e Participações Ltda	6.582	-
Total	585.726	-

Movimentação – Controladora

	Ligue Móvel S.A.	VIP BR Telecom S.A.	Click Tecn e Telecom S.A.	B.S. Costa S.A. (Univox)	XP Holding e Partic Societárias S.A.	WOC Telecom Ltda.	Aloha Neg e Partic Ltda.	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação societária	55.616	61.149	26.437	12.425	64.161	13.611	1.334	234.733
Ágio em combinação de negócios	50.796	66.075	82.706	69.679	73.649	34.989	6.582	384.476
Resultado de equivalência patrimonial	(4.767)	(16.426)	2.169	2.467	(1.881)	10.011	(330)	(8.757)
Incorporação de sociedade controlada	-	-	-	-	-	(23.622)	(1.004)	(24.626)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	101.645	110.798	111.312	84.571	135.929	34.989	6.582	585.826

Investimentos Diretos

	% de participação	Data da aquisição da participação	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) das investidas	Resultado da equivalência patrimonial
Ligue Móvel S.A.	55,59%	08/07/2021	375.948	284.475	91.473	(8.575)	(4.767)
VIP BR Telecom S.A.	75,00%	07/04/2021	167.436	107.806	59.630	(21.615)	(16.426)
Click Tecnologia e Telecomunicações S.A.	79,98%	21/04/2021	94.227	58.460	35.767	2.712	2.169
B.S. Costa S.A. (Univox)	84,72%	21/04/2021	64.680	47.102	17.578	2.913	2.467
WOC Telecomunicações Ltda.	100,00%	30/06/2021	-	-	-	10.011	10.011
Aloha Negócios e Participações Ltda.	100,00%	01/09/2021	-	-	-	(330)	(330)
XP Holding e Participações Societárias S.A.	69,56%	04/11/2021	54.059	28.343	25.716	(2.704)	(1.881)
							<u>(8.757)</u>

9 Combinação de negócios

Ao longo do exercício de 2021, a Companhia efetuou aquisição de diversas entidades, cujo preço total da contraprestação transferida pela aquisição foi de R\$ 757.703 dos quais R\$ 470.877 foram pagos à vista e R\$ 286.826 foram pagos à prazo, gerando ágio no montante de R\$ 398.990, conforme segue:

	Ligue Móvel S.A. (a)	VIP BR Telecom S.A. (b)	Click Tecn e Telecom S.A. (c)	B.S. Costa S.A. (d)	XP Holding e Partic Societárias S.A (h).	WOC Telecom Ltda (e).	Aloha Neg e Partic Ltda (f).	FMAX Telec Ltda (g).	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio em combinação de negócios	50.796	63.476	82.706	69.679	72.190	34.989	6.582	2.794	383.212
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	<u>50.796</u>	<u>63.476</u>	<u>82.706</u>	<u>69.679</u>	<u>72.190</u>	<u>34.989</u>	<u>6.582</u>	<u>2.794</u>	<u>383.212</u>

A Companhia contratou empresa especializada para a elaboração do laudo do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeitos de determinação da alocação do preço de compra. O trabalho foi feito de forma preliminar e conforme estabelecido pelo CPC 15 – Combinação de Negócios e a Companhia possui prazo de 12 meses para a conclusão dessa avaliação. O detalhamento de cada uma das transações é conforme segue:

a. Ligue Movei

Em 08 de julho de 2021, a Sumicity Telecomunicações S.A. adquiriu 55,59% do capital social da Ligue Telecomunicações Ltda. (“Ligue”) por R\$ 120.000, sendo R\$75.000 pagos à vista e R\$45.000 em até 12 meses. A Ligue é uma empresa que oferece serviços de telecomunicações para clientes pessoa física (Business to Consumer – B2C), no Estado do Paraná.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga pela Ligue e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação de não controladores na Ligue.

Total da Contraprestação	120.000
Participação adquirida	<u>55,59%</u>
Preço (100%)	<u>215.866</u>
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	<u>100.048</u>
(-) Intangíveis reconhecidos	<u>24.442</u>
<i>Mais- valia sobre ativo imobilizado</i>	13.012
<i>Relacionamento com clientes</i>	2.161
<i>Marcas</i>	<u>9.269</u>
Excedente do preço pago (Ágio)	<u>91.376</u>
<i>Participação não controladora (44,41%)</i>	<u>40.580</u>
Ágio	<u>50.796</u>

b. VIP BR Telecom

Em 07 de abril de 2021, a Sumicity Telecomunicações S.A. adquiriu 75% do capital social da VIP BR Telecom S.A. (“VIP”) por R\$ 160.000, sendo R\$100.000 pagos à vista e R\$60.000 em até 12 meses. A VIP é uma empresa que oferece serviços de telecomunicações para clientes pessoa física (Business to Consumer – B2C), no estado de São Paulo.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga pela VIP e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação de não controladores na VIP.

Total da Contraprestação	160.000
Participação adquirida	<u>75,00%</u>
Preço (100%)	<u>213.333</u>
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	<u>81.531</u>
(-) Intangíveis reconhecidos	<u>47.167</u>
<i>Mais-valia sobre ativo imobilizado</i>	29.320
<i>Relacionamento com clientes</i>	7.875
<i>Marcas</i>	<u>9.972</u>
Excedente do preço pago (Ágio)	<u>84.635</u>
<i>Participação não controladora (25%)</i>	<u>21.159</u>
Ágio	<u>63.476</u>

c. Click Tecnologia e Telecomunicação

Em 21 de abril de 2021, a Sumicity Telecomunicações S.A. adquiriu 79,98% do capital social da Click Tecnologia e Telecomunicação Ltda. (“Click”) por R\$ 135.154, sendo R\$ 105.904 pagos à vista, R\$24.250 em até 12 meses e R\$ 5.000 em até 60 meses. A Click é uma empresa que oferece serviços de telecomunicações para clientes pessoa física (Business to Consumer – B2C), no estado de Minas Gerais.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga pela Click e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação de não controladores na Click.

Total da Contraprestação	135.154
Participação adquirida	79,98%
Preço (100%)	168.985
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	33.055
(-) Intangíveis reconhecidos	32.522
<i>Intangíveis e ágio aquisições anteriores</i>	<i>(2.140)</i>
<i>Mais-valia sobre ativo imobilizado</i>	<i>18.591</i>
<i>Relacionamento com clientes</i>	<i>7.720</i>
<i>Marcas</i>	<i>8.351</i>
Excedente do preço pago (Ágio)	103.408
<i>Participação não controladora (20,11%)</i>	<i>20.702</i>
Ágio	82.706

O ativo intangível que a Click possuía na data da aquisição, no valor de R\$ 2.140, refere-se a uma carteira de clientes adquirida anteriormente à aquisição da Click. Dessa forma não foi considerado para fins de avaliação, pois compõe a base de clientes do intangível identificado Relacionamento com Clientes.

d. BS Costa

Em 21 de abril de 2021, Sumicity Telecomunicações S.A. adquiriu 84,72% do capital social da BS Costa S.A. (“BS Costa”) por R\$ 107.654, sendo R\$102.654 pagos à vista e R\$ 5.000 em até 60 meses. A BS Costa é uma empresa que oferece serviços de telecomunicações para clientes pessoa física (Business to Consumer – B2C), no estado de Minas Gerais.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga pela BS Costa e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação de não controladores na BS Costa.

Total da Contraprestação	107.654
Participação adquirida	84,72%
Preço (100%)	127.068
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	14.666
(-) Mais-Valia de tangíveis e intangíveis	30.157
<i>Mais-Valia do imobilizado</i>	17.005
<i>Relacionamento com Clientes</i>	7.430
<i>Marcas</i>	5.723
Excedente do preço pago (Ágio)	82.245
<i>Participação não controladora (15,28%)</i>	12.566
Ágio	69.679

e. WOC Telecomunicações

Em 30 de junho de 2021, a Sumicity Telecomunicações S.A. adquiriu 100% do capital social da WOC Telecomunicações Ltda. (“WOC”) por R\$ 68.819, sendo R\$ 53.819 pagos à vista, R\$ 5.000 em até 12 meses e R\$10.000 em até 60 meses. A WOC é uma empresa que oferece serviços de telecomunicações para clientes pessoa física (Business to Consumer – B2C), na cidade do Rio de Janeiro e no litoral norte de São Paulo.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga pela WOC e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Total da Contraprestação	68.819
Participação adquirida	100%
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	13.611
Valor a ser alocado	55.208
(-) Intangíveis reconhecidos	20.219
<i>Mais-Valia do imobilizado</i>	7.556
<i>Relacionamento com Clientes</i>	11.850
<i>Acordo de não-competição</i>	813
Ágio	34.989

f. Aloha Negócios e Participações

Em 01 de setembro de 2021, a Sumicity Telecomunicações S.A. 100% do capital social da Aloha Negócios e Participações Ltda. (“Aloha”) por R\$ 9.689, sendo R\$ 3.500 pagos à vista, R\$ 1.895 em até 12 meses e R\$ 4.294 em até 24 meses. A Aloha é uma empresa que oferece serviços de telecomunicações para clientes pessoa física (Business to Consumer – B2C), na cidade de São Paulo.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga pela Aloha e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Total da Contraprestação	9.689
Participação adquirida	100%
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	1.334
Valor a ser alocado	8.355
(-) Intangíveis reconhecidos	1.773
Mais-Valia do imobilizado	807
Relacionamento com Clientes	275
Acordo de não-competição	33
Marcas	658
Ágio	6.582

g. FMAX Telecomunicações

Em 01 de setembro de 2021, a Click Tecnologia e Comunicação S.A. adquiriu 100% do capital social da FMAX Telecomunicações Ltda. (“FMAX”) por R\$ 1.387 a serem pagos em até 24 meses. A FMAX é uma empresa que oferece serviços de telecomunicações para clientes pessoa física (Business to Consumer – B2C), no estado de São Paulo.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga pela Companhia e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Total da Contraprestação	1.387
Participação adquirida	100%
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	(1.406)
Ágio	2.794

h. XP Holding e Participações Societárias

Em 03 de novembro de 2021, a Sumicity Telecomunicações S.A. adquiriu 69,56% do capital social da XP Holding e Participações Societárias Ltda. (“XP Holding”) por R\$ 155.000, sendo R\$30.000 pagos à vista e R\$ 125.000 em até 12 meses. A XP Holding é uma empresa que oferece serviços de telecomunicações para clientes pessoa física (Business to Consumer – B2C), no estado de São Paulo.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga pela XP Holding e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Total da Contraprestação	155.000
Participação adquirida	69,56%
Preço (100%)	222.829
(-) Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	92.096
(-) Intangíveis Reconhecidos	26.952
<i>Intangíveis e ágio aquisições anteriores</i>	(2.205)
<i>Mais-valia sobre ativo imobilizado</i>	11.971
<i>Relacionamento com clientes</i>	9.583
<i>Marcas</i>	7.603
Excedente do preço pago (Ágio)	103.781
<i>Participação não controladora (30,44%)</i>	31.591
Ágio	72.190

10 Imobilizado

Movimentação do imobilizado - Controladora

Controladora								
	Saldo em 31/12/2020	Incorporação de investidas	Mais-valia em combinação de negócios	Adições	Baixas líquidas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.471	-	-	1.431	-	-	(946)	2.936
Instalações	22.426	-	-	-	-	(22.425)	-	1
Móveis e utensílios	1.702	103	-	180	-	-	(369)	1.616
Equipamentos de informática	3.324	4.160	1.152	2.835	-	-	(1.512)	9.959
Máquinas e equipamentos	2.391	12.877	2.166	210.049	(4.586)	-	(10.624)	212.273
Equipamentos de comunicação	73.243	-	22.019	-	-	(73.242)	-	22.020
Redes	85.436	14.755	-	50.572	(1.331)	96.350	(21.157)	224.625
Almoxarifado	738	-	46.452	-	-	(683)	-	46.507
Veículos	1.539	35	-	1.013	-	-	(793)	1.794
Outros	607	-	2.711	-	(600)	-	-	2.718
Direito de uso (CPC 06)	59.524	5	-	18.475	-	-	(33.010)	44.994
Provisões de baixas (-)	(10.559)	-	691	-	-	-	(1.747)	(11.595)
	242.842	31.935	75.191	284.555	(6.517)	-	(70.158)	557.848

Controladora						
	Saldo em 31/12/2019	Combinação de Negócios	Adições	Baixas líquidas	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.936	-	1.272	-	(737)	2.471
Instalações	6.688	65	16.990	-	(1.317)	22.426
Móveis e utensílios	1.740	14	155	-	(207)	1.702
Equipamentos de informática	3.004	100	1.021	-	(801)	3.324
Máquinas e equipamentos	829	749	1.034	-	(221)	2.391
Equipamentos de comunicação	50.558	1.475	28.307	-	(7.097)	73.243
Redes	69.879	2.608	21.469	-	(8.520)	85.436
Almoxarifado	51	692	-	-	(5)	738
Veículos	1.929	202	12	-	(604)	1.539
Outros	144	-	575	-	(112)	607
-Direito de uso (CPC 06)	51.181	2.073	36.363	-	(30.093)	59.524
Provisões de baixas (-)	(8.727)	-	-	(1.832)	-	(10.559)
	179.212	7.978	107.198	(1.832)	(49.714)	242.842

Movimentação do imobilizado – Consolidado

Consolidado								
	Saldo em 31/12/2020	Combinação de negócios	Mais-valia em combinação de negócios	Adições	Baixas líquidas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.471	312	-	2.416	(1)	-	(962)	4.216
Imóveis		715	-	10	-	-	(23)	702
Instalações	22.426	50	-	-	-	(22.425)	-	51
Móveis e utensílios	1.702	1.966	1.152	2.346	(1)	-	(623)	6.542
Equipamentos de informática	3.324	12.221	2.166	8.662	-	-	(3.524)	22.849
Máquinas e equipamentos	2.391	40.328	22.019	265.116	(4.586)	-	(14.524)	310.744
Equipamentos de comunicação	73.242	-	-	-	-	(73.242)	-	-
Redes	85.436	133.215	46.452	185.250	(1.331)	96.350	(31.597)	513.775
Almoxarifado	738	24.570	-	27.757	(5.291)	(683)	-	47.091
Veículos	1.539	1.367	2.711	1.148	-	-	(1.136)	5.629
Outros	607	1.464	-	85	(923)	-	(46)	1.187
Direito de uso (CPC 06)	59.524	10.227	691	24.568	(280)	-	(35.506)	59.244
(-) Provisões de baixas	(10.559)	-	-	-	-	-	(1.747)	(12.306)
	<u>242.842</u>	<u>226.435</u>	<u>75.191</u>	<u>517.358</u>	<u>(12.413)</u>	<u>-</u>	<u>(89.688)</u>	<u>959.724</u>

As provisões de baixas referem-se as estimativas de ONU (“*Optical Network Unit*”) não recuperadas dos clientes que deixaram de fazer parte da carteira da Companhia (*churn*).

- (a) Para maior detalhamento vide nota explicativa N° 9 – Combinação de Negócios

Movimentação da Depreciação - Controladora

Controladora						
Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2020	Combinação de Negócios	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(953)	-	(946)	-	-	(1.899)
Instalações	(2.388)	-	-	-	2.388	-
Móveis e utensílios	(466)	(4)	(369)	-	-	(840)
Equipamentos de informática	(1.793)	(609)	(1.512)	-	-	(3.914)
Máquinas e equipamentos	(1.073)	(567)	(10.624)	226	-	(12.037)
Equipamentos de comunicação	(14.947)	-	-	-	14.946	-
Redes	(14.644)	(3.673)	(21.157)	53	(17.334)	(56.755)
Almoxarifado	(542)	-	-	541	-	-
Veículos	(2.342)	-	(793)	-	-	(3.135)
Outros	(267)	-	-	267	-	-
Direito de uso (CPC 06)	(52.100)	-	(33.010)	-	-	(85.111)
	<u>(91.514)</u>	<u>(4.853)</u>	<u>(68.411)</u>	<u>1.087</u>	<u>-</u>	<u>(163.691)</u>

Controladora				
depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2019	Incorporação de investidas	Adições	Saldo em 31/12/2020
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(215)	-	(737)	(953)
Instalações	(1.062)	(10)	(1.317)	(2.388)
Móveis e utensílios	(252)	(7)	(207)	(466)
Equipamentos de informática	(869)	(123)	(801)	(1.793)
Máquinas e equipamentos	(221)	(631)	(221)	(1.073)
Equipamentos de comunicação	(6.658)	(1.192)	(7.097)	(14.946)
Redes	(4.844)	(1.280)	(8.520)	(14.644)
Almoxarifado	(3)	(534)	(5)	(542)
Veículos	(1.002)	(736)	(604)	(2.342)
Outros	(154)	-	(112)	(267)
Direito de uso (CPC 06)	(17.398)	(4.610)	(30.093)	(52.100)
	<u>(32.677)</u>	<u>(9.122)</u>	<u>(49.714)</u>	<u>(91.514)</u>

Movimentação da Depreciação - Consolidado

Depreciação acumulada	Consolidado					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Combinação de Negócios	Adições	Baixas líquidas	Transferências	
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(953)	(107)	(962)	-	-	(2.022)
Imóveis	-	(35)	(23)	-	-	(58)
Instalações	(2.388)	-	-	-	2.388	-
Móveis e utensílios	(466)	(456)	(623)	-	-	(1.546)
Equipamentos de informática	(1.793)	(2.020)	(3.524)	-	-	(7.337)
Máquinas e equipamentos	(1.073)	(8.127)	(14.524)	226	-	(23.497)
Equipamentos de comunicação	(14.947)	-	-	-	14.946	-
Redes	(14.644)	(18.861)	(31.575)	53	(17.334)	(82.361)
Almoxarifado	(542)	-	-	541	-	-
Veículos	(2.342)	(1.938)	(1.136)	-	-	(5.416)
Outros	(267)	(97)	(46)	267	-	(143)
Direito de uso (CPC 06)	(52.100)	(1.816)	(35.506)	-	-	(89.423)
	(91.514)	(33.457)	(87.919)	1.087	-	(211.803)

11 Intangível

Movimentação – Controladora

	Controladora					Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida				
		Ágio	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Acordo de não competição	
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	2.672	15.561	-	-	11.848	30.081
Adições	-	-	-	-	7.147	7.147
Amortização	-	(3.686)	-	-	(3.443)	(7.129)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	2.672	11.875	-	-	15.552	30.099
Adições	-	-	-	-	7.384	7.384
Brasília Telecom. Provedor de Internet Ltda.	-	15.516	-	-	-	15.516
VIP BR Telecom S.A.	-	3.307	7.479	-	-	10.786
Click Tecnologia e Telecomunicações S.A.	-	4.463	6.679	-	-	11.142
B.S. Costa S.A.	-	6.295	4.848	-	-	11.143
WOC Telecomunicações Ltda.	-	11.850	-	813	-	12.663
Ligue Móvel S.A.	-	1.201	5.153	-	-	6.354
Aloha Negócios e Participações Ltda.	-	275	658	33	-	933
XP Holding e Participações Societárias S.A.	-	3.675	5.289	-	-	8.964
Amortização	-	(3.686)	-	-	(4.465)	(8.151)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	2.672	54.771	30.106	846	18.471	106.866

Movimentação – Consolidado

	Consolidado						
	Vida útil indefinida	Vida útil definida					Total
	Ágio	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Contrato de não competição	Softwares	Outros	
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	2.672	11.875	-	-	15.552	-	30.099
Adições	-	-	14	-	15.025	2.943	17.982
Brasília Telecom. Provedor de Internet Ltda.	-	15.516	-	-	-	-	15.516
VIP BR Telecom S.A.	63.476	5.907	7.479	-	223	161	77.246
Click Tecnologia e Telecomunicações S.A.	82.706	6.603	6.679	-	1.085	-	97.073
FMAX Telecomunicações Ltda.	2.794	-	-	-	-	-	2.794
B.S. Costa S.A.	69.679	6.295	4.848	-	2.007	1.000	83.829
WOC Telecomunicações Ltda.	34.989	11.850	-	813	-	-	47.652
Ligue Móvel S.A.	50.795	1.201	5.153	-	3.172	2.178	62.499
Aloha Negócios e Participações Ltda.	6.582	275	658	33	-	-	7.548
XP Holding e Participações Societárias S.A.	72.190	7.537	5.289	-	89	-	85.105
Amortização	2.672	11.875	-	-	15.552	-	30.099
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	385.883	63.373	30.120	846	30.526	6.195	516.943

A Companhia tem a prática de avaliar indicativos de *impairment* em relação aos ágios reconhecidos. A Companhia testou o ágio existente em 31/12/2020, no valor de R\$ 2.672, o qual a execução de teste era aplicável e não identificou indícios de que perdas por *impairment* o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Movimentação da Amortização – Controladora

	Controladora				
	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Softwares	Outros	Total
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020	(4.825)	-	(1.089)	-	(5.914)
Incorporações	(3)	-	-	-	(3)
Adições	(1.350)	-	(5.779)	-	(7.129)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(6.178)	-	(6.869)	-	(13.047)
Incorporações	(347)	-	-	-	(347)
Adições	(3.686)	-	(4.465)	-	(8.151)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(10.211)	-	(11.334)	-	(21.545)

Movimentação da Amortização - Consolidado

	Consolidado				Total
	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Softwares	Outros	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020	(4.825)	-	(1.089)	-	(5.914)
Incorporações	(3)	-	-	-	(3)
Adições	(1.350)	-	(5.779)	-	(7.129)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(6.178)	-	(6.869)	-	(13.047)
Combinação de Negócios	-	-	(2.016)	(2)	(2.018)
Adições	(3.686)	-	(6.627)	(87)	(10.400)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(9.864)	-	(15.512)	(89)	(25.465)

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Equipamentos de comunicação (a)	60.508	40.474	188.556
Circulante	60.508	40.474	188.556
Não circulante	-	-	654

(a) Nos equipamentos de comunicação estão inseridos fornecedores de rede de ONU (“*Optical Network Unit*”), Cabos de fibra óptica e outros insumos relacionados ao provimento dos serviços da Companhia.

13 Impostos de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Imposto de renda	1.566	4.294	8.325
Contribuição social	575	1.618	3.057
Total	2.141	5.912	11.382

14 Impostos a Recolher

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
ICMS a pagar	9.333	5.819	17.560
PIS a pagar	441	302	732
COFINS a pagar	2.067	1.327	3.390
ISSQN a pagar	764	286	1.328
FUST e FUNTEL a pagar	408	561	830
ICMS DIFAL a pagar	12.445	704	12.797
Outros tributos a pagar	905	11	1.781
Total	26.363	9.010	38.418

O valor a pagar referente ao ICMS DIFAL se refere à mandado de segurança impetrado contra os governos estaduais, com depósito judicial no valor R\$ 11.358, contabilizado em outras contas a receber.

15 Empréstimos e financiamentos

Tipo de dívida	Taxa de juros	Vencimento	Controladora		Consolidado
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
	3,73% a.a.+ CDI e				
Capital de giro	11,29% a.a.	2024	159.654	149.817	202.427
	1,7 e 1,8% aa +				
Debêntures	CDI	2027	331.000	-	481.616
Finame	11,90% a.a.		509	1.254	1.405
Leasing	12,65% a.a.	2022	14	171	116
Operações de Vendor					66.186
Outros			7.399	-	115
			498.576	151.242	759.864
		Circulante	174.201	27.086	226.349
		Não circulante	324.375	124.156	533.515
			Controladora		Consolidado
Movimentação			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Saldo inicial			151.242	38.568	151.242
Empréstimos incorporados por combinação de negócios			-	-	81.070
Captações			413.512	133.000	642.386
Amortizações de principal			(43.621)	(15.570)	(90.789)
Juros pagos/incorridos			(17.810)	(3.717)	(19.298)
Custo de transação			(4.746)	(1.039)	(4.746)
			498.577	151.242	759.865

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
2021	-	27.086	-
2022	174.201	107.057	226.349
2023	88.910	16.724	154.694
2024	63.648	375	125.186
2025	63.273	-	90.545
2026	63.273	-	90.545
2027	45.273	-	72.545
	498.577	151.242	759.865

As garantias dos empréstimos são alienações fiduciárias, fluxo de recebíveis e aval de empresas do grupo econômico. Os covenants das dívidas são calculados com base na Dívida Líquida (Empréstimos, financiamento e arrendamento mercantil, deduzidos das disponibilidades) dividida pelo EBITDA consolidado, anualizado. O resultado desta divisão não pode superar 3,0 para as dívidas contratadas com o Banco do Brasil e 3,5 para os demais bancos. Não há descumprimento de cláusulas de vencimento antecipado em 31 de dezembro de 2021.

16 Provisões para Contingências

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Provisões para processos trabalhistas	1.063	557	1.433
Provisões para processos tributários	50	2.431	50
Provisões para processos cíveis	21	60	124
Total	<u>1.134</u>	<u>3.048</u>	<u>1.607</u>

Movimentação dos processos - Controladora

	<u>Controladora</u>			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2020	557	2.346	60	2.963
Adições	-	85	-	85
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	557	2.431	60	3.048
Incorporações	-	-	-	-
Adições	506	-	-	506
Reversões	-	(2.381)	(39)	(2.420)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	<u>1.063</u>	<u>50</u>	<u>21</u>	<u>1.134</u>

Movimentação dos processos - Consolidado

	<u>Consolidado</u>			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	557	2.431	60	3.048
Incorporações	370	-	103	473
Adições	506	-	-	506
Reversões	-	(2.381)	(39)	(2.420)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	<u>1.433</u>	<u>50</u>	<u>124</u>	<u>1.607</u>

Os processos judiciais com estimativas de perdas possíveis, não provisionadas, por natureza, representam os seguintes montantes:

	2021	2020
Processos trabalhistas	306	2.939
Processos tributários	60	-
Processos cíveis	327	21
	693	2.960

Principais processos relacionados às causas possíveis

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, a demandas originadas de prestadores de serviços de instalação de novos clientes e reparos de casa cliente, que naturalmente incluem a companhia no polo passivo como devedor solidário. Em que pese esta tentativa de vinculação, em geral a responsabilidade solidária é afastada e os prestadores de serviços seguem na defesa das demandas judiciais. A redução de R\$ 2.633 de 2020 para 2021 é decorrente da exclusão da Companhia do polo passivo de várias demandas desta mesma natureza.

Ações cíveis são representadas principalmente, pelos pedidos de reparação de danos por possíveis problemas causados na prestação de serviço.

17 Parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Tributos estaduais			
Parcelamento ICMS	153	102	2.130
Tributos federais			
Parcelamento IRPJ/CSLL	695	1.129	2.472
Parcelamento INSS	-	-	869
Parcelamento PERT	-	84	233
Parcelamento diversos	-	80	97
Outros	-	-	-
Total de parcelamentos - circulante	848	1.395	5.801
Tributos estaduais			
Parcelamento ICMS	-	-	10.888
Tributos federais			
Parcelamento IRPJ/CSLL	1.538	1.727	5.976
Parcelamento INSS	-	-	1.737
Parcelamento PERT	642	642	2.418
Parcelamento diversos	-	-	685
Total de parcelamentos - não circulante	2.180	2.369	21.704

Os parcelamentos fiscais contraídos pela Companhia estão atualizados até a data-base do balanço, conforme índices previstos pelos respectivos órgãos governamentais.

Controladora

Os parcelamentos, em grande maioria, foram contraídos entre os anos de 2017 e 2018, tendo como prazo 60 meses para quitação.

Consolidado

As empresas adquiridas trouxeram parcelamentos fiscais em suas posições financeiras que serão mantidos até a sua liquidação e que, regularmente, foram tratados na avaliação do valor de aquisição (vide nota explicativa N° 9 – combinação de negócios)

18 Arrendamentos

a. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos, os quais foram descontados a valor presente pela taxa média de custo de capital da companhia, calculada em 10,34% aa para os anos de 2020 e 2021:

Ativos de direito de uso

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
<i>Optical Network Units - ONU (a)</i>	24.241	50.306	24.484
Imóveis	10.175	4.322	12.759
Frota	9.798	3.472	12.293
Set Top Box(b)	775	1.424	776
	44.989	59.524	50.312

Passivos de arrendamento

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
<i>Optical Network Units - ONU (a)</i>	27.102	54.465	27.324
Imóveis	10.316	3.863	12.866
Frota	10.147	3.849	13.637
Set Top Box (b)	845	1.434	845
	48.410	63.611	54.672
Circulante	22.930	39.491	22.949
Não circulante	25.480	24.120	31.723
Total	48.410	63.611	54.672

(a) ONU – Equipamentos de conversão de sinais ópticos para provimento dos serviços de internet

(b) Setop Box – Equipamentos de conversão dos sinais de internet em sinais de televisão

b. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2021	2020
ONU	553	431
Imóveis	642	512
Frota	111	78
<i>Set Top Box</i> (Conversor de Streaming de Vídeo)	4.020	5.152
	5.326	6.173

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração do Grupo.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo hierárquico de acordo com o método de avaliação e, segundo a norma (CPC 46), a entidade deve utilizar técnicas de avaliação que sejam apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Para fins de divulgação do resultado, existem três níveis de classificação. Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A Companhia classifica seus ativos e passivos no Nível 2 no modelo de avaliação do valor justo apresentado.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	Nota	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	197.457	197.457	117.304	117.304
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	52.701	52.701	34.456	34.456
Passivo Circulante					
Fornecedores	12	60.508	60.508	40.474	40.474
Empréstimos e financiamentos	15	174.201	242.782	27.086	27.086
Passivo não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	324.375	390.129	124.156	124.156

As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia, o que inclui a negociação com parte relacionada ou suporte financeiro dos acionistas.

Segue a posição dos passivos financeiros consolidados por vencimentos:

	Valor Contábil	Fluxo de caixa				
		contratual	12 meses ou menos	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos
<i>Passivos financeiros não derivativos:</i>						
Fornecedores	60.508	60.508	60.508	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	498.576	632.911	242.782	119.602	84.965	185.562
Arrendamentos a pagar	48.410	55.557	28.625	15.123	8.282	3.527

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e somente trabalha com bancos de primeira linha.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados nas atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados ao CDI e TJLP.

20 Patrimônio Líquido

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 196.997 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 196.997 em 31 de dezembro de 2020), composto por 47.280.632 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição acionária da controladora é como segue:

	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
EB Fibra Participações S.A.	36.543.646	77,29%	27.723.643	58,64%
Pessoas Físicas	10.736.986	22,71%	19.556.989	41,36%
Total	47.280.632	100,00%	47.280.632	100,00%

Em 2021 foi adquirida participação adicional de pessoas físicas correspondente à 18,65% por R\$ 128.140.

a. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Ao longo do exercício de 2021, o acionista controlador EB Fibra Participações S.A. aportou na Companhia, através de Instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), o montante de R\$ 625.908. Os AFAC em questão têm natureza irrevogável e irreatável, e serão convertidos em uma quantidade de ações estimada de 37.679.544, respeitando-se o seu valor nominal.

Os aportes efetuados no exercício estão demonstrados conforme abaixo:

07/04/2021	R\$ 100.000
18/05/2021	R\$ 158.558
12/07/2021	R\$ 46.750
03/09/2021	R\$ 90.000
04/11/2021	R\$ 10.000
09/12/2021	R\$ 220.600
Total	R\$ 625.908

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída, quando aplicável, anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Reserva de lucro

Do saldo do lucro líquido do exercício, quando existir, 5% serão destinados à reserva legal até que atingidos os limites legais. Do saldo: (a) 25%, serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) o lucro remanescente poderá ser (i) retido com base em orçamento de capital, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou (ii) destinado à reserva estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim assegurar a manutenção do nível de capitalização, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro da Companhia, suas controladas e/ou coligadas e que não poderá ultrapassar o valor do capital social. O saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo.

21 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Venda bruta de serviços	411.173	272.046	670.527	295.398
(-) Dedução de Impostos				
ICMS	(70.858)	(38.725)	(102.040)	(44.281)
PIS	(3.727)	(3.093)	(5.546)	(3.183)
COFINS	(17.180)	(13.743)	(25.435)	(14.154)
ISS	(2.811)	(2.672)	(5.395)	(2.679)
Outros	(689)	(316)	(4.852)	(1.238)
Receita líquida de serviços	<u>315.908</u>	<u>213.497</u>	<u>527.259</u>	<u>229.863</u>

Entre as receitas operacionais de serviços de provedor de Internet estão os serviços combinados de comunicação multimídia, serviços de valor agregado, TV por assinatura, vídeo *on-demand*, linha telefônica (STFC) e locação de equipamentos, todas comercializadas em conjunto e de forma interdependente nos pacotes comercializados pela Companhia.

22 Custos dos serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços	(40.239)	(24.009)	(75.642)	(24.900)
Gastos de pessoal - Custos	(31.093)	(26.097)	(49.662)	(26.097)
Depreciação e amortização	(58.180)	(45.710)	(61.304)	(45.710)
Total	<u>(129.512)</u>	<u>(95.816)</u>	<u>(186.608)</u>	<u>(96.707)</u>

O incremento dos custos dos serviços, incluindo pessoal, decorre do crescimento da operação como um todo.

23 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	(28.107)	(25.250)	(69.925)	(25.855)
Despesas com serviços de utilidade pública	(4.120)	(3.549)	(5.282)	(3.858)
Despesas com tributos e contribuições	(3.383)	(1.983)	(9.232)	(2.307)
Depreciação e amortização	(20.129)	(10.672)	(37.261)	(13.154)
Outras despesas	(56)	(39)	(61)	(37)
Total	(55.795)	(41.493)	(121.760)	(45.211)

24 Remuneração da Administração

A Administração engloba os Conselheiros da Administração, o Presidente e os Diretores. No exercício de 2021, a remuneração da diretoria, a qual engloba salário, benefícios e gratificações foi de R\$ 3.517 (R\$3.579 em 2020) e está reconhecida no resultado do exercício (R\$ 5.471 no Consolidado – R\$ 3.579 em 2020).

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
Descontos obtidos	123	19	833	20
Juros recebidos	-	1.335	371	1.336
Rendimentos de aplicações financeiras	3.998	868	6.616	883
Outras receitas financeiras	1.175	36	1.516	35
Total de receitas financeiras	5.296	2.258	9.336	2.274
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos	(14.071)	(3.588)	(24.022)	(3.590)
Despesas bancárias	(4.133)	(2.492)	(4.947)	(2.590)
IOF	(185)	(18)	(236)	(18)
Ajuste a Valor Presente (AVP)	(15.547)	(6.022)	(16.016)	(6.169)
Outras despesas financeiras	(3.387)	(87)	(6.469)	(93)
Total de despesas financeiras	(37.323)	(12.207)	(51.690)	(12.460)
Total de receitas e despesas financeiras	(32.027)	(9.949)	(42.354)	(10.186)

26 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda corrente	(1.789)	(546)	(11.503)	(3.248)
Contribuição social corrente	(625)	(210)	(1.270)	(1.220)
Total de imposto de renda e contribuição social corrente	(2.414)	(756)	(12.773)	(4.468)
Imposto de renda diferido	3.560	1.378	3.560	1.378
Contribuição social diferido	1.276	496	1.276	496
Total de imposto de renda e contribuição social diferido	4.836	1.874	4.836	1.874
Total de tributos sobre o lucro	2.422	1.118	(7.937)	(2.594)

A Companhia constituiu o imposto de renda e contribuição social diferidos somente sobre as diferenças temporárias, o que era cabível diante das projeções de lucros tributáveis. A Companhia possui atualmente montante total de R\$ 25.484 de IR e CS diferidos sobre prejuízos fiscais que não estão contabilizados. A conciliação da despesa com impostos é conforme exposto abaixo:

Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	(44.274)	833	(42.746)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%
Pela alíquota fiscal	15.053	(283)	14.534
Diferenças Permanentes			
Equivalência Patrimonial	2.977	1.362	-
IRPJ/CSLL sobre base de cálculo negativa não contabilizado	(12.076)	-	(14.534)
IRPJ/CSLL sobre Resultado Ostara	-	(1.835)	-
IRPJ/CSLL sobre Resultado WOC	(1.797)	-	(4.143)
IRPJ/CSLL de exercícios anteriores	(617)	-	(617)
IRPJ/CSLL sobre Resultado Alloha	-	-	(474)
IRPJ/CSLL Lucro Presumido (VIP)	-	-	(3.202)
IRPJ/CSLL (Univox)	-	-	(2.611)
IRPJ/CSLL (Click)	-	-	(1.254)
IRPJ/CSLL (NIU)	-	-	(472)
	-	-	-
Imposto de renda e CSLL corrente	(2.414)	(756)	(12.773)
Diferenças Temporárias			
Perda de crédito estimada	2.518	(117)	2.518
Provisão para contingências	386	-	386
Provisão para gratificações	6.415	592	6.415
Adições CPC 06	-	725	-
Provisões de pessoal	78	170	78
Outras provisões	(4.561)	504	(4.561)
	-	-	-
Imposto de renda e CSLL diferido	4.836	1.874	4.836
Alíquota efetiva	5,4%	-	18,56%

27 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras segmentadas estão disponíveis e são avaliadas pelo diretor presidente na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

A conclusão da Administração é de que a Companhia opera em um único segmento operacional, tendo em vista que:

- (i) Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas;
- (ii) O objetivo da Companhia é de prover aos seus clientes, serviços de internet por fibra ótica; e
- (iii) Todas as decisões estratégicas, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

28 Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Resultado básico por ação	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas	(41.852)	1.950	(41.852)	1.950
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	83.419	47.281	83.419	47.281
Resultado básico e diluído por ação – Em reais	(0,50)	0,04	(0,50)	0,04

29 Cobertura de seguros

O Grupo e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Controladora

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	79.039
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	Lucros Cessantes	234
Total		79.273

Consolidado

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	95.296
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	Lucros Cessantes	<u>1.987</u>
Total		<u>97.283</u>

* * *

Conselho de Administração

Luciana Antonini Ribeiro
Presidente

Felipe Gonçalves Matsunaga
Fernando Fontes Iunes
Vicente Sérgio da Silva Gomes
Alex Bonalda Jucius

Diretoria Executiva

Alexandre Stipanich Lovecchio
Diretor Presidente

Leandro Salatti dos Santos
Diretor Financeiro